

TENSÕES MODERNAS, HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADES

Roberto Biscoli¹

RESUMO: O presente artigo aborda tensões que acontecem na produção da história e suas consequências na realidade social. Trata-se de um trabalho bibliográfico que mostra uma tendência de revisionismo na produção da história, elementos que - como memória e patrimônio sendo discutidos à luz de novas perspectivas explicativas que tentam dar visibilidade a memórias silenciadas pela historiografia oficial. Nesse sentido, a construção, consolidação e aceitação de determinadas narrativas sobre o passado criam novas identidades culturais, o que para alguns poderia significar uma crise de e na história ou uma crise da e nas identidades, mas não é o caso, pois a pluralidade de experiências vividas é parte constitutiva da realidade social. A tentativa de homogeneidade da realidade social tem que ser deslocada para a pluralidade de versões que devem ser pesquisadas e divulgadas para a sociedade, dando voz a quem o discurso oficial silenciou. Com base no exposto propõe-se a construção de uma nova história e de novas identidades pautadas em um pluralismo de memórias e patrimônios.

Palavras chave: História, Memória, Identidade.

MODERN TENSIONS, HISTORY, MEMORY AND IDENTITIES

ABSTRACT: This paper discusses the tensions that occur in the production of history and its consequences in social reality. It is a bibliographical work that shows a tendency towards revisionism in the production of history – elements such as memory and heritage being discussed in the light of new explanatory perspectives that try to give visibility to memories silenced by official historiography. In this sense, the construction, consolidation and acceptance of certain narratives about the past create new cultural identities which, for some, could mean a crisis of and in history or a crisis of and in identities, but this is not the case, because the plurality of lived experiences is a constitutive part of social reality. The attempt to homogeneity of social reality has to be shifted to the plurality of versions that must be researched and disseminated to society, giving voice to those who the official discourse has silenced. In view of the above, the construction of a new history and new identities based on a pluralism of memories and patrimony is proposed.

Keywords: History, Memory, Identity.

INTRODUÇÃO

¹Roberto Biscoli é doutorando em Ciências Sociais pela UNISINOS – São Leopoldo - Rio Grande do Sul. Contato: roberto.biscoli17@gmail.com

O que é a história? Alguns vão dizer que história é o registro das representações sociais da realidade vivida pelas culturas. O que nos leva a outra questão, de qual realidade vivida estamos falando? A realidade vivida pelos vencedores, pelos grupos dominantes, ou a realidade vivida pelos dominados, pelos excluídos? A realidade das experiências vividas coletivamente ou a realidade das experiências individuais?

Cada cultura, grupo humano, e indivíduos selecionam memórias², monumentos³, patrimônios⁴, leituras do real a qual dão ênfase, da qual se orgulham, pois dão sentido as suas vidas, leituras do real que produzem uma identidade valorizada socialmente; mas, ao mesmo tempo produzem esquecimentos, silenciamentos de fatos que as envergonham, que as fazem sofrer, que possam depor contra elas, que produzam identidades negativas.

Como destaca Nora (1993) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são mais naturais, mas construções ideológicas.

Questões como essas nos fazem refletir se podemos falar em uma história global, macro social ou temos que nos ater as questões micro sociais ou até individuais, e nesse caso teríamos tantas versões do real quanto indivíduos. Também nos fazem refletir se a história que é produzida, narrada, contada sobre eventos não seria um simulacro, ou seja, uma copia perfeita do que não existe já que são produzidas para satisfazer necessidades sociais e individuais.

Não podendo esquecer que uma história escrita, contada no presente é uma versão de fatos passados, por quem não a presenciou, e que por mais que selecione fontes de informação a pretensão de totalidade é impossível. O fato é que existem tantas visões de mundo que são construídas a partir de um ponto de vista específico do

²Entendo como memória algo que me constitui, que me representa, adoto ainda a perspectiva de Pollak (1992, p. 2) “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo ou social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.

³ Monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. O monumento tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, é um legado à memória coletiva (LE GOFF, 1984).

⁴ Entendo aqui como patrimônio tudo aquilo que produz significado para um grupo e acrescento a perspectiva de Pratz (1998, p.63) onde afirma que “o patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social”.

expectador dessa história vivida, ou escritas, hoje, por pesquisadores que propõem reescrever a história, reescrever o que se escreveu sobre o passado dando ênfase a uma nova visão de mundo.

Autores como Luis Fernando Cerri em seu artigo intitulado Didática da História: uma leitura teórica sobre a história na prática (2010) é da opinião que existe uma crise no ensino de História no Cone Sul. Segundo CERRI (2010) com o fim das ditaduras militares passou a existir um espaço para o surgimento de uma nova história, aquela que não era contada, registrada ou ensinada, uma história que livre dos esquemas de produção ideológica e afetiva de civismo, dando a liberdade para a produção de novas mentalidades a partir do ensino da história e ao mesmo tempo gerando uma crise de identidade social, pois, essa nova história, conflita-se com o que era ensinado no passado sobre o Estado Nação e sua formação.

CRESTANI e BRANDÃO (2017) também vão chamar a nossa atenção para essa nova realidade, questionam o ensino de história regional e local nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Educação de Toledo, na região Oeste do Estado do Paraná. Para eles o material específico para o Ensino de História Regional e Local usado até então reproduz a história da elite do município, uma história que valoriza o protótipo do pioneiro como herói, e negligencia-se a ótica dos colonos que foram excluídos da memória oficial. Os autores defendem a necessidade de se reinterpretar o passado da colonização do município de Toledo. Defende a necessidade de se recuperar e tirar do silêncio memórias que ficaram por muito tempo esquecidas na versão da história oficial se contrapondo a visão de que o processo de colonização da cidade se deu de forma linear, sem contradições nem conflitos.

Nesse sentido a construção de uma determinada narrativa oficial sobre o passado de Toledo teria criado uma identidade para alguns dos sujeitos que participaram de sua formação e produzido um esquecimento sobre outros sujeitos.

De acordo com Félix (1998) esse processo de identificação é um processo de construção de imagens e, como tal, terreno propício para a produção de manipulações.

Outro pesquisador que chama a nossa atenção para a necessidade de se rever a história é Joana Plaza Pinto. Em seu texto intitulado Prefiguração Identitária e Hierarquias Linguísticas na Invenção do Português (2013), ela questiona a construção histórica da língua portuguesa no Brasil que se deu base a convergência de duas

perspectivas, sendo a chamada homogeneidade variável de práticas linguística e a homogeneidade variável das camadas populacionais. Essas duas perspectivas criaram a variante culta da língua portuguesa.

Para Pinto (2013) essa leitura de homogeneidade da sociedade brasileira e de suas práticas linguísticas e delas resultar a invenção do português foi uma forma produzir um apagamento de camadas populacionais, de regionalismos, de contatos entre falantes móveis, de dialetos e de outras línguas que eram faladas do Brasil. A língua culta era a usada pela classe de prestígio e por letrados, todos os demais povos devendo aprender a língua culta. Nesse sentido construiu-se um discurso hegemônico sobre o desenvolvimento da língua portuguesa que tem origem no período colonial com políticas que visavam proteger e legitimar esse discurso.

Uma análise da construção da língua portuguesa precisa confrontar a ideologia que a construiu, as relações de poder que estavam estabelecidas, pois essa hegemonia esconde toda uma hierarquia linguística que se pretende negar. “Escolher um traço linguístico como representante básico e apagar todos os outros é uma prática ideológica tanto de falantes no seu cotidiano como também de falantes em seus trabalhos de pesquisa” (PINTO, 2013, p. 138).

Pinto (2013, p 139) defende uma outra história para a língua portuguesa, que ela seja revista e a própria língua reescrita dando ênfase a hipótese da “crioulização”, que tem por fim resgatar a influência das várias línguas e variações linguísticas que eram faladas no Brasil, entre elas as práticas linguísticas africanas e indígenas. A lógica é baseada no fato de que toda língua, todo dialeto traz intrínsecos discursos e imaginários sobre eles próprios, que também foram silenciados com o apagamento das línguas.

Os discursos imaginários como base das categorias de classificação e das representações coletivas, se resgatados influenciam na configuração de uma nova língua, sendo capazes de produzir uma nova identidade para a cultura brasileira. Para Pinto (2013) o “contínuo linguístico é parte do contínuo cultural” que precisa ser resgatado, é nele que se percebe as línguas misturadas, e as hibridizações de línguas e de culturas.

Os pesquisadores citados defendem que a academia comece a produzir uma história local se dissociando da historiografia de Estado dando conta das múltiplas histórias, daquelas que foram silenciadas, defendem o direito a memória e o direito a

transmissão dessa memória. O passado aparece reconstruído em função do presente e este explicado em função do passado.

Nas palavras de (POLLAK, 1989, p. 2):

“Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a memória oficial, no caso a memória nacional.”

Trata-se da construção de outra identidade pessoal, local, regional e nacional. A construção dessa identidade devendo ser simbólica e social (WOODWARD, 2000). O acionamento de outras memórias, monumentos em um passado fazem parte da construção de uma nova identidade.

Trata-se de um passado que se materializa no presente como uma narrativa de poder, que pode ser usado para legitimar a dominação ou, nesse caso, num processo contra hegemônico propor alterações no presente. Para Le Goff (1984, p. 299) essa atitude pode ser entendida com a “ideia-força das renascenças”.

Lembrando ainda que, segundo (POLLAK, 1992) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

POR OUTRA “REALIDADE”

A escolha de patrimônios nacionais é algo delicado, pois esses patrimônios são frágeis, e ao mesmo tempo, são formas de poder (PRATZ, 1998). A escolha de patrimônios não consegue dar conta de todos os fatos e elementos da história brasileira, levando-se em consideração o tamanho do Brasil e as diferenças étnicas coloniais que aconteceram em tempos diferentes também dificultaram a escolha dos patrimônios e de que história registrar. Olhar para o passado e buscar significados para a construção de uma identidade nacional foi o objetivo de muitos pensadores sociais, historiadores, e de governos.

A tentativa de acionar outras memórias, outros monumentos, outros patrimônios, por parte de alguns pesquisadores tem a ver com a tentativa de definir ou redefinir o real, a memória tem este poder. O acionamento de memórias que foram apagadas, silenciadas leva a construção de outras identidades, estabelecendo outras relações sociais. De acordo com Roger Chartier (1989) as lutas de representações interferem na realidade.

A ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador torna problemática uma identificação social mais abrangente como patrimônio. O que é definido por patrimônio vai legitimar uma vertente formadora da identidade, seja ela local ou nacional. Historicamente no Brasil essa escolha foi elitista praticamente excluindo as manifestações culturais de grupos colonizados.

De acordo com Magalhães (1985) apud Fonseca (2009, p. 151) uma:

“vasta gama de bens – procedentes, sobretudo do fazer popular – que, por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade”.

Ainda de acordo com Candau (2012) a emulação dos homens do passado, como se faz com os ditos pioneiros, pode manifestar-se e a partir de formas de tanatocracia ou, por tentativas de panteonomização, que serão jogos identitários para um grupo, sociedade ou nação. Existe um peso da memória de certos personagens históricos na construção das identidades coletivas e as diversas interpretações, manipulações, das quais ela pode ser objeto.

O que se pretende é o acionamento de um patrimônio cultural não-consagrado para explicar que se trata de manifestações até então não reconhecidas pelo patrimônio oficial e nem compreendidas, ou conhecidas pela população.

Mas para que isso aconteça é necessário que essa construção social, através de um discurso inventado, consiga legitimidade (PRATZ, 1998). Todo patrimônio é uma construção política e como tal deve ser percebido, pois são versões ideológicas de uma identidade.

Temos que ter em mente que não somente o poder político legalmente constituído na forma de governos podem construir patrimônios, mas o poder político informal, alternativo, que se apresenta como oposição ao governo, e que pode participar da arena política do Estado, dentro das suas instituições, ou de forma clandestina, também pode propor e promover inversões simbólicas e, portanto, propor novos patrimônios acionados por memórias não oficiais. Outro agente que pode propor patrimônios é a sociedade civil, através dos seus mais diversos agentes portadores de certo poder (PRATZ 1998).

Esse jogo de tensões na modernidade pode falsamente produzir uma ideia de que existe uma crise da e na história. Roger Chartier em seu artigo “O mundo como representação” (1989), já afirmava não acreditar numa crise identitária para a história, mas reconhece que ela passa por incertezas.

Candau (2012, p.116) ao falar sobre sociedades modernas diz que “a compulsão memorial contemporânea e o que denominamos crises identitárias se explicam por uma expansão descontrolada da memória”.

Pierre Nora (1993), ao falar sobre memória enfatiza que a memória é a vida levada pelos grupos vivos, em permanente evolução, múltipla e desmultiplicada, aberta a dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas e longas latências e súbitas revitalizações, se compõe dos detalhes que a confortam, nutre-se de lembranças vagas, globais e flutuantes, particulares e simbólicas, sensíveis a todas as formas de transmissão, censura ou projeções, podendo integrar-se nas estratégias identitárias. Nesse sentido não existiria uma crise identitária, mas sim um afloramento de memórias que estavam silenciadas.

Também não haveria uma crise da ou na história, pois a história vincula-se às continuidades temporais, às evoluções e à relação entre as coisas (NORA, 1993). Ela pertence a todos e a ninguém e tem vocação universal. “É uma operação intelectual e laicizante que leva à análise, ao discurso crítico, a explicação de causas e consequências” (CANDAU, 2012, p.132).

CONCLUSÃO

O que acontece na modernidade é um jogo social da memória e da identidade, onde elementos são acionados para a continuidade de um patrimônio identitário e hegemônico e por outro lado outros elementos são acionados para a desconstrução desse patrimônio e dessa identidade, é o acionamento de uma memória que luta para se tornar patrimônio e por consequência identidade. Para Candau (2012) o patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória, a reproduzindo.

O que temos é uma tensão para se definir o que é patrimônio, pois à partir deste relações sociais são estruturadas. Candau (2012) ao falar sobre a realidade francesa já acenava para esse tipo de fenômeno onde uma sensibilidade patrimonial havia se exacerbado ao mesmo tempo em que as sociedades conheceram uma mutação acelerada e temiam pela perda e pelo esquecimento. O interesse pelo patrimônio resulta de deslocamentos profundos em todos os países ocidentais, afetando a própria maneira de compreender e viver a identidade nacional.

Definir o que é patrimônio em uma sociedade passa pela tensão que Cerri (2010) destaca em seu artigo sobre que historia ensinar, ou sobre a discussão proposta por CRESTANI e BRANDÃO (2017) sobre a reprodução da história da elite do município de Toledo, baseada no protótipo do pioneiro como herói, negligenciando outras. Ou a discussão sobre novas bases para se pensar a língua portuguesa falada no Brasil trazida por Joana Plaza Pinto (2013), onde a análise da construção da língua portuguesa precisa confrontar a ideologia que a construiu e suas relações de poder, podendo produzir uma nova identidade para o Brasil.

A elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades, seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas, seus contornos de definem ao mesmo tempo em que as identidade colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras (CANDAU, 2012).

As tensões expostas mostram que “as sociedades tem necessidades, em alguns momentos, de refazer um passado tal como os individuo recuperam sua saúde” (MARC AUGÉ apud CANDAU, 2012, p. 164).

A alteração do passado é um atributo da memória, é uma gestão do passado no presente, e isso exige por vezes a criação deliberada de artifícios e artefatos memoriais com destacado por Nora (1993) apud Candau (2012). Nesse sentido identidades podem

ser construídas, desconstruídas e ou resignificadas dentro de contextos ideológicos e sociais.

É através da memória que grupos constroem sua identidade, preservam suas tradições, ritos, costumes, elaboram representações de si mesmos e dos outros, bem como reforçam seu sentimento de pertencimento, adesão. É através da memória resgatada, outrora silenciada que novas identidades surgirão, não se tratando de crise identitária, mas de um processo vivo, que faz parte da vida social.

BIBLIOGRAFIA

CANDAU, J. **Memória e identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CERRI, L. F. **Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática**. *Revista de História Regional*, V. 15, N. 2, UEPG, Ponta Grossa, 2010.

CRESTANI, L. A; BRANDÃO, H. C. **O Ensino da História Regional e Local de Toledo/PR nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. *Revista eletrônica científica inovação e tecnologia*, V. 3, N. 17, UTFPR, Medianeira, 2017.

LE GOFF, J. Passado presente. In: Enciclopédia Einaudi. **História e memória**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. *Projeto História*. São Paulo, dez. 1993

FÉLIX, L. O. **Memória e História: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediuopf, p, 38, 1998.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

PINTO, J. P. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do Português. In: LOPES, L. P. M. (Org.). **O Português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo, Parábola, p. 120 – 143, 2013.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V. 2, N. 3, 1989.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V. 5 N. 10, 1992.

ROGER C. **O Mundo como Representação**. *Revista Annales*. Nov-Dez. Nº 6, p. 1505 – 1520, 1989



WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.